



Formação Política Brasileira e sua Relação de Oposição e Composição com a Cidadania Interativa¹

Edwaldo COSTA²

Karol Natasha Lourenço CASTANHEIRA³

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

RESUMO

Este artigo, fundamentado pela pesquisa bibliográfica, parte de três objetos de estudo: a política brasileira, o conceito de cidadania e o termo interatividade. A usabilidade política das novas mídias, caracterizadas por sua estrutura democrática em uma comparativa as mídias tradicionais, sofre entrave na prática pelo estamento burocrático herdado durante o período de formação da política brasileira. Este estamento inviabiliza a elaboração de um sistema representativo-participativo e espaços mais híbridos e deliberativos entre governantes e cidadãos. Em contrapartida aos políticos tradicionalistas os “inovadores” adotam, pelo menos em períodos eleitorais, iniciativas mais democráticas para a formação da cidadania interativa. Objetiva-se, portanto, entender a relação de oposição a políticas tecnológicas (ou a tecnologias políticas) para a composição de uma cidadania interativa no país.

PALAVRAS-CHAVE: política brasileira; cidadania interativa; novas tecnologias; estamento burocrático;

HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

As plataformas digitais, oriundas de um processo de desenvolvimento da microeletrônica a partir da década de 1950 e da popularização da internet em 1990, abriu um novo nicho de estudos no ambiente acadêmico, disposto a oferecer uma base de entendimento e explicação desse novo momento histórico-social, marcado pela alteração espaço-temporal e pelo *boom* de informação.

Um novo caminho para a Rede começou a partir dos conceitos de hipertexto e hipermídia, que constituem a base da interface gráfica da internet, mais conhecida como www (world wide web). A Web nasceu em 1990, com a criação da linguagem HTML (hypertext markup language) por Tim Berners-Lee, com a finalidade de interligar os computadores em um laboratório de física (Monteiro, 2000).

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013.

² Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. guga.aracatuba@terra.com.br

³ Mestre em Comunicação Midiática pela Unesp-Bauru. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Docente na Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF, email: karolnatasha@hotmail.com



A aceitação e aquisição da internet foram surpreendentes, em cinco anos, já contava com cerca de 50 milhões de usuários em todo o mundo. A televisão aberta demorou 16 anos e o rádio 38 para atingir esta quantidade de pessoas (INGHER, 2005).

Segundo dados de dezembro de 2012, do Grupo Ibope, os brasileiros estão no topo do ranking de internautas mais ativos do mundo. O Brasil ocupa o terceiro lugar, com 52,5 milhões de usuários conectados. Está atrás apenas dos Estados Unidos — com quase o quádruplo de internautas (198 milhões) — e do Japão, com 60 milhões.

Não se questiona mais a internet hoje como um campo de possibilidade, por sua validação ser pública e notória enquanto estrutura, em uma comparativa aos meios de comunicação tradicionais, nos quais definem a posição entre emissor e receptor da informação. Com acentuada democracia (enquanto estrutura), a internet rompe com essa cadeia hierárquica e unilateral dos meios com a permissão de que todos sejam produtores, consumidores e disponibilizadores de conteúdo.

Em uma perspectiva econômica e social, é possível notar, que essa democracia estrutural esbarra em questões mais sérias e profundas quanto a real utilização desta potencialidade.

Alguns fatores inviabilizam na prática a usabilidade de vários cidadãos pertencerem diretamente ao ciberespaço. Dentre eles, pode-se elencar: os recursos financeiros, para aquisição de computadores ou dispositivos móveis com acesso a internet, cognitivos que permitirão o conhecimento necessário para a navegação e exploração desse espaço virtual, técnico como a capacidade e recursos de operacionalização dentro dessas plataformas, cultural e até mesmo constitucional, como é o caso de Cuba e de alguns países orientais, que coíbem ou limitam a liberdade de expressão.

Em pesquisa realizada pelo Instituto IBOPE Nielsen Online, a desigualdade social brasileira também tem vez no mundo digital: entre os 10% mais pobres, apenas 0,6% tem acesso à Internet; entre os 10% mais ricos esse número é de 56,3%. Somente 13,3% dos negros usam a Internet, mais de duas vezes menos que os de raça branca (28,3%). Os índices de acesso à Internet das Regiões Sul (25,6%) e Sudeste (26,6%) contrastam com os das Regiões Norte (12%) e Nordeste (11,9%).

Sem deixar de lado a relevância desses dados, no caso do Brasil, do ponto de vista político para o uso das “novas tecnologias”, deve-se ir mais além e pensar por pelo menos duas condições: a dos políticos e a dos cidadãos. Nesse sentido, uma breve retomada à história de formação política do Brasil é essencial, para se explicar a relação



de oposição e composição do uso político da internet como formadora de uma cidadania interativa⁴.

Faoro (2001), por meio do livro *os Donos do Poder*, fundamenta a formação do patronato político brasileiro, revelando a contradição no processo de modernização do país, que sofreu e sofre com a base “anacrônica” das instituições que são comandadas por um estamento burocrático. Entende-se por estamento uma estratificação social, comandada por um grupo de pessoas que constituem determinado poder e impedem atividades potencialmente capazes de expandir o âmbito da competição do próprio poder.

De acordo com Faoro (2001), a política portuguesa herdada pelo Brasil, contribui na forma de um estado patrimonial que sufoca o dinamismo intrínseco da sociedade. As transformações oriundas da independência e a modernização, não foram suficientes para ameaçar as estruturas mais profundas de poder, vigiadas por um estamento burocrático maleável e resistente.

O estamento burocrático, de acordo com o autor, comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. No campo econômico, as medidas postas em prática, que ultrapassam a regulamentação formal da ideologia liberal, alcançam desde as prescrições financeiras e monetárias até a gestão direta das empresas, passando pelo regime das concessões estatais e das ordenações sobre o trabalho. Nas suas relações com a sociedade, o estamento diretor provê acerca das oportunidades de ascensão política, ora dispensando prestígio, ora reprimindo transtornos sediciosos, que buscam romper o esquema de controle.

Faoro (2001) dialoga com Schwartzman (1998) quanto à composição histórico-política do Brasil. Para Schwartzman (1998, p.48), a base de formação do país é fortemente autoritária e patrimonialista: “A questão da democracia tem muito a ver com o passado colonial e com o sistema político e econômico de índole patrimonialista do qual não conseguimos ainda nos livrar, não obstante os passos substanciais que já demos no sentido da modernidade”.

⁴ Os termos oposição, composição e cidadania interativa foram retirados da tese de Martinez (2001), apresentada a Faculdade de Educação da USP, cujo título é “A rede dos Cidadãos: a política na internet”. Apesar de terem sido retirados de lá, se apresentam sob uma outra perspectiva no presente trabalho, relacionada a formação histórica da política brasileira. Portanto, são termos que não devem ser referenciados como sinônimos sem a leitura de ambos os trabalhos, para que possa se ter a real dimensão das disparidades.



Segundo Schwartzman (1998), o Estado é um setor diferenciado dentro da estrutura social, organizado em linhas burocráticas e capaz de considerável protagonismo regulatório e até empresarial. Essa formação estatal relaciona-se com a sociedade através de mediações também sólidas e sedimentadas, a partir do que ele define subsistemas de participação, divididos entre representativos e de cooptação.

No primeiro tipo de subsistema, o representativo, demandas sociais se aglutinam e organizam como grupos de interesses, partidos e outros agentes e pressionam autonomamente por acesso e participação no sistema político. É o padrão próprio de formações sociopolíticas mais avançadas e plurais, nas quais “cocurutos” corporativos da era pré-capitalista e a moderna estrutura de classes funcionam como pilares da estratificação social. No sistema de cooptação, próprio do patrimonialismo, portanto do Brasil, sucede o contrário. O Estado não responde a demandas substantivas ou de acesso por parte de novos atores — ao contrário, ele é que os molda, seleciona e pinça os que lhe convém admitir e cultivar (SCHWARTZMAN, 1998, p. 121-123).

Para o autor, fica difícil concordar que apesar da complexidade crescente da sociedade, por si mesma, deverá levar à organização de um sistema político partidário mais aberto, com formas crescentes de participação social e política. Vai ser muito difícil dar marcha à ré nessa tradição. E isso não será alcançado, como querem alguns, por meio de simples fórmulas político-eleitorais; ou, como querem outros, graças a uma súbita revolução libertadora (ANDRADE, 1982).

Ainda segundo Andrade (1982), em matéria publicada no Jornal do Brasil, a respeito da obra de Schwartzman, a forma pela qual o Estado brasileiro impõe a sua tutela é denominada pelo autor de “Bases do autoritarismo brasileiro” de “cooptação política”. A esse respeito transcreve Richard Morse: “Os povos latino-americanos preferem alienar e não delegar poderes a seus líderes escolhidos ou aceitos” (apud ANDRADE, 1982).

Para concluir esta parte, duas questões podem ser levadas em conta em uma abordagem crítica sobre Simon Schwartzman e Raimundo Faoro, apesar de não poder desprezar a grande influência de ambos para o entendimento da oposição dos tradicionalistas políticos em implementar políticas tecnológicas que incentivem a cidadania interativa.

O primeiro argumento faz menção à formação das bases do poder na história política do país. Mesmo que o patrimonialismo seja a base do poder da sociedade brasileira, não se deve pensar a tradição autoritária e patrimonial como sendo a única



tradição política no Brasil, que sofreu grandes influências, inclusive do pensamento liberal.

O segundo argumento, diz respeito a forças externas que influem sobre a rede da política brasileira. Ao pensar na topologia dessa rede Franco (2008) por meio de um memorando de Paul Baran (1964) aponta três estruturas essenciais: distribuída, centralizada e descentralizada. A política brasileira se enquadra em uma topologia centralizada, na qual alguns atores sociais mantêm posição privilegiada que permite a eles o poder de discutir e decidir sobre as questões públicas do país.

Mattelart (2002) é incisivo ao discorrer sobre a “sociedade da informação” e sua eleição ao novo paradigma dominante, embasado no discurso sobre as novas tecnologias enquanto formadoras de um mundo mais solidário, transparente, livre e igualitário. Tais afirmações estão longe de se efetivarem. Por detrás do discurso que alia progresso à tecnologia, se oculta, como pontua Mattelart (2002), um verdadeiro esquema operatório de remodelamento da ordem econômica, política e militar (apud, Castanheira 2012).

Entretanto, por mais que os autores centrais de uma rede tentem manter a sua posição e seu grau de influência, como uma espécie de remodelamento a esse novo período histórico, a globalização insere nesse contexto como uma força “externa” que se funde localmente e produz um cenário diferenciado, por meio de uma sociedade mais complexa, informatizada e com uma tendência mais descentralizadora.

Apesar desse aparente pessimismo proposto por Simon e Faoro, como foi elucidado, eles são pertinentes por explicarem a posição de muitos políticos tradicionalistas em se oporem a novos métodos de campanha e participação social, já enquanto eleitos. Nota-se por meio dos sites do Congresso Nacional, um aglomerado de informações com pouco espaço para deliberação e interatividade.

Esse quadro, em períodos eleitorais, é em partes quebrado, por alguns candidatos que enxergam na internet uma forma de aumentar o engajamento cívico do país, de fortalecer a cidadania e abrir espaços para a argumentação dos usuários que servirão de base para a formulação de propostas, como foi o caso da candidata do Partido Verde Marina Silva nas eleições presidenciais de 2010 (ver Castanheira, 2012). Porém, percebe-se nesse mesmo trabalho, uma postura tradicional e unilateral do próprio PV na utilização dos recursos digitais.

Na condição de políticos, é evidente pensar atualmente em um choque de cultura nas bases do poder, que de um lado, estão os tradicionalistas que insistem nos velhos moldes em se fazer e praticar a política, e de outro, um grupo de “inovadores”, que



colocam em xeque essas velhas práticas e adotam iniciativas mais plurais em se construir a política, mesmo que ainda de forma limitada.

Nessa perspectiva, Pait⁵ (2013), oferece questões pertinentes: Será que a expansão do ensino superior, o enorme acesso a informações, a entrada firme na sociedade de consumo e a exposição a modelos diferentes de organização não trará novos anseios à população brasileira, tais como maior autonomia quanto aos “donos do poder” e maior poder decisório sobre suas vidas pessoais, políticas e econômicas? Ou o antigo estamento conseguirá, mais uma vez, reequilibrar-se confortavelmente?

Essas perguntas não serão respondidas neste presente artigo. Mas servem de base para uma problematização e uma evidência desse choque político que o Brasil vive na contemporaneidade para adotar iniciativas mais plurais e uma cidadania interativa politicamente. Como foi a iniciativa lançada, em fevereiro de 2013, pela internet para pedir a cassação do presidente do Senado, Renan Calheiros, que conseguiu coletar mais de um milhão de assinaturas.

O CONCEITO DE CIDADANIA

O conceito de cidadania sofreu modificações ao longo da história. Para este trabalho, em particular, interessa a perspectiva pós-absolutismo, na qual, os estados modernos, vinculam o termo cidadania à ideia de Direitos Humanos. A noção de cidadania “reporta-se à de Nação como espaço de realização individual e coletiva, politicamente organizada no Estado-Nação, como entidade garantidora dos direitos e deveres do cidadão” (ALVES, 2000,p.186).

Para Marshall (1967), os três elementos articuladores da cidadania moderna seriam os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais, “historicamente conquistados nessa ordem: os civis no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX” (apud ALVES, 2000, p.187).

Apesar de a cidadania estar vinculada à noção de Direitos Humanos, ela é regulamentada de acordo com a legislação proveniente de cada país. Os Direitos Humanos, entretanto, possuem caráter universal, em contraponto da cidadania que se define nacionalmente.

⁵ PAIT, Heloisa. **Novos donos do poder? Patrimonialismo e meios de comunicação: antigas estruturas e novos atores.** Disponível em <https://dl.dropbox.com/u/19342644/CursoDonosPoder/DonosdoPoder.pdf>



O professor da UNB, Venício Artur de Lima, vai mais além do quesito “abrangência” da cidadania e tenta elaborar uma explicação quanto a natureza do conceito.

Para Venício (2012, informação verbal)⁶, existem duas ideias distintas do conceito de cidadania que é expressa inclusive, por um vocabulário e uma linguagem própria, que irá explicitar a filiação por cada um desses tipos. No caso a ideia liberal ou a republicana.

A ideia liberal de cidadania é centrada no direito subjetivo, individual, no direito e no interesse privado, com conotação individualista que problematiza e que torna difícil a passagem da cidadania do campo estritamente pessoal para o campo público. E nessa ideia liberal existe uma questão latente que envolve as questões de liberdade e igualdade. Na cidadania liberalista está presente a ideia de liberdade, mas muito afastada a ideia de igualdade. Um exemplo disso é que o liberalismo tradicionalmente admitiu a escravidão (VENÍCIO, 2012, informação verbal).

Por outro lado, segundo Venício, existe uma outra ideia de cidadania, que é em um tempo anterior ao liberal, que é a ideia republicana. A hegemonia do pensamento liberal, para ele, fez com o republicanismo desaparecesse ou não fosse nem lembrado como tal.

A cidadania republicana traz uma ideia relacional e não individualista, ela implica em um reconhecimento mútuo de direitos e deveres e considera de forma integrada a liberdade e a igualdade...no fundo as diferenças entre elas estão escondidas numa concepção diferente do que seja a própria liberdade. Para os liberais a liberdade é a ausência de interferência, é a liberdade negativa, o principal inimigo é o Estado, que ameaça a liberdade individual através de sua interferência. Essa é a estrutura fundamental do pensamento liberal. Já a liberdade republicana, ela não é centrada na ideia da liberdade negativa, da ausência de interferência, ela parte do princípio aristotélico, da Grécia antiga, de que o indivíduo se torna livre a partir da sua participação com os outros das regras das quais ele vive, ao executar as regras ele está sendo livre, porque elas foram construídas de forma coletiva e com a participação dele. Ideia que implica em uma vida ativa no sentido Hannah Arendt do termo, de uma participação comum, de participação da coisa pública (VENÍCIO, 2012, informação verbal).

Nessa concepção republicana de liberdade e de cidadania a liberdade de expressão é fundamental, porque a liberdade se plenifica na ação do indivíduo na esfera pública, essa ação passa a ser igualmente distribuída com a participação de todos. Já na

⁶ Informação fornecida pelo prof. Dr. Venício Artur de Lima em palestra na XIV Jornada Multidisciplinar “Mídia e Cidadania” ministrada na Unesp-Bauru, em 22 de maio de 2012. Palestra gravada na íntegra, disponível no endereço: <http://www.faacwebtv.com.br/ondemand/index.php?pagina=video&id=6&vid=48>



concepção liberal, a liberdade de expressão também é necessária, mas se aproxima mais do sentido de mercado de ideias, que é semelhante ao mercado de bens e serviços, nos quais o direito individual está acima da construção coletiva das questões públicas.

CIDADANIA INTERATIVA

A vertente liberal permeia com tranquilidade a concepção de cidadania principalmente nas nações ocidentais. O que se questiona então, é como será possível “uma rearticulação entre o uso individualizado e o resultado coletivo da rede?” (MARTINEZ, 2001, p.39).

O que remete de volta aos pressupostos da cidadania interativa porque, mais uma vez, deve-se destacar que: se a democracia moderna não encontrou um equilíbrio entre os direitos individuais e os sociais ou entre a preponderância da vontade majoritária com a salvaguarda dos interesses das minorias, isto é resultado da maneira como os projetos políticos foram implementados pela sociedade que lhes é característica (MARTINEZ, 2001, p.)

Conforme foi explicitado os poderes públicos são tímidos na estruturação das políticas tecnológicas e por isso, quando muito, implementam experiências coletivas e populares através de terminais de consulta e livre manifestação das coletividades.

Instalados em rede, Martinez (2001) afirma que os usuários poderiam participar ativamente da vida comunitária local. Enquanto usuário individual, pela disposição pública dos meios, teria garantido o acesso coletivo aos principais problemas administrativos de cada localidade e, com o encaminhamento de propostas, veria realizada a interação entre tecnologia e cidadania.

Bom exemplo disso foi o chamado “meme” (termo que define postagem replicada incontáveis vezes, adquirindo o caráter viral e atingindo usuários dos mais diferentes matizes) do Facebook relativo à promulgação do novo Código Florestal Brasileiro.

Com o slogan “Veta Dilma”, a mensagem circulou pelo Facebook e pelo Twitter sendo reproduzida incontáveis vezes e provocando reação no mundo real, demonstrando a capacidade de mobilização que as redes virtuais possuem.

Do virtual para o real, o tema de interesse geral, permeado pelo matiz político, mobilizou milhões de usuários em busca do veto presidencial ao projeto tido como “infeliz” pelos chamados facebookianos (neologismo que designa os usuários do Facebook).



Martinez (2001), ainda complementa que pode-se dizer que o aparente desinteresse do poder público, velado na resposta fácil dos altos custos, esconde uma verdadeira trama contra o aprofundamento da democracia:

Com extremado receio de perder o controle político, angariado pelos votos, e até mesmo muitas das funções previstas pela democracia representativa, o poder público sequer aventa a possibilidade de transformar a rede num projeto político. Na verdade, com baixo custo e menor do que milhares de dólares, o usuário, antes chamado de individualista, seria conclamado a se tornar um cidadão ativo e pronto a debater os assuntos nacionais, tais como: reeleição e privatização dos monopólios dos serviços públicos (MARTINEZ, 2001, p. 40).

Caso essa barreira política fosse quebrada, poderia assim, viabilizar a prática da cidadania interativa, que exige a priori uma educação política e tem no uso tecnológico em si um sentido político originário que se fundamenta em conectar os cidadãos em uma rede democrática.

A interatividade se põe aqui no sentido construtivista de Piaget e de relação mútua, assim como definiu Primo (1999; 2001), com grande influência do pensamento de Thompson e Raymond Williams- autores bases da primeira geração dos Estudos Culturais.

Para Primo e Cassol (1999), a interatividade mútua⁷ se exprime na relação homem-máquina-homem e não somente na relação homem-máquina, como propõe a interatividade reativa.

Os cidadãos interativos, ou como Martinez (2001) nomeia também “Sociedade Civil Virtual”, exige que a participação seja pensada em outras bases, o que remete a um novo projeto político que contemple de fato a internet como um espaço público e, não somente, como um subproduto da globalização, o que contrapõe, se fosse de fato um subproduto, a tão falada revolução comunicativa a partir das redes informacionais.

A tecnologia pensada por um viés político permite ao cidadão a produção de conteúdo e mensagens de forma livre que agregadas com as mensagens de outros usuários imprimem um novo coletivo. “São cidadãos autônomos, portanto, que se reproduzem incessantemente no coletivo. Produzindo-se uma sociedade civil em que a

⁷ A interatividade mútua compõe um sistema (conjunto de objetos ou entidades que se inter-relacionam entre si formando um todo) aberto, cujo processo (acontecimentos que apresentam mudança no tempo) é a base da negociação, portanto a relação se vale de construção negociada com fluxo dinâmico e em desenvolvimento. Já a interação reativa possui sistema fechado e os interagentes só podem reagir a estrutura pré-determinada do programa sem a possibilidade de negociar informação e modificar o todo.



vontade coletiva não é mera somatória de intenções individuais, mas projeção individual no coletivo (MARTINEZ,2001, p. 67).

Entretanto, para se pensar na cidadania interativa, não se pode retratar apenas o interesse político em consolidar espaços democráticos para a Sociedade Civil Virtual, tem que se questionar também a realidade da cultura política emanada pelo povo brasileiro.

De acordo Carvalho (2002, p.210), uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 1997, indicava a precariedade do conhecimento dos direitos civis, e também dos políticos e sociais do Estado. A pesquisa mostrou que 57% dos pesquisados não sabiam mencionar um só direito e só 12% mencionaram algum direito civil. O que configura uma situação deficitária no que diz respeito ao exercício da cidadania.

Apesar do Rio de Janeiro se caracterizar em um exemplo pontual, dentre as cidades do país se destaca como polo de desenvolvimento. O que gera a preocupação de que se essa era a realidade do Rio em 1997, qual seria a dos outros estados brasileiros? E qual é a realidade atual?

A situação já é diferente no que concerne à participação eleitoral. O voto obrigatório contribui para que grande parte da população brasileira compareça as urnas em períodos eleitorais. Entretanto, alguns números divulgados suscitam algumas dúvidas e curiosidades sobre esse quadro.

Segundo a matéria publicada no Congresso em Foco⁸, baseada nos dados do Tribunal Superior Eleitoral: Um em cada quatro eleitores decidiu não escolher nenhum dos cem candidatos que concorreram às prefeituras no segundo turno das eleições municipais de 2012. Somados os votos brancos e nulos com a abstenção de domingo (28), o índice de rejeição aos candidatos chegou a 26,58%, maior percentual registrado desde as eleições municipais de 2000.

Em consequência, do não cumprimento com a lei eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral⁹ divulgou em pesquisa no mês de maio de 2013, que “A Justiça Eleitoral cancelou 1.354.067 títulos dos eleitores que não votaram e não justificaram a ausência nas últimas três eleições”. Desse total, apenas 10, 27% foram regularizados.

⁸ Coelho, Mario; Militão, Eduardo; Haubert, Mariana. **Um em cada quatro eleitores não votou em ninguém.** Congresso em Foco. Matéria publicada em 30 de outubro de 2012. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem/> Acessado em 5 de maio de 2013.

⁹ **Justiça Eleitoral cancela mais de 1,3 milhão de títulos.** Matéria publicada em 14 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Maio/justica-eleitoral-cancela-mais-de-1-3-milhao-de-titulos>



Esses números podem ser os primeiros indícios de manifestação dos cidadãos que perderam a confiança na política. E quem sabe a possibilidade dos próprios políticos de repensarem suas posturas, práticas comunicativas e sociabilidades com o eleitorado. Afinal em um país onde o voto é obrigatório angariar simpatias é fundamental.

Milton Santos é muito enfático em seu livro “Por uma outra globalização” quanto a democracia que se vive atualmente. Para ele, a democracia “é reduzida a uma democracia de mercado e amesquinhada como eleitoralismo, isto é, consumo de eleições (SANTOS, 2001, p.54).

Nesse sentido, Saramago em vídeo exibido no Youtube (2008) interroga sobre a base da democracia:

A democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada, porque o poder do cidadão, de cada um de nós, limita-se na esfera política, a tirar um governo que não gosta, por um que talvez venha a gostar. Mas as grandes decisões são tomadas em uma ou outra esfera. As grandes organizações financeiras internacionais, o FMI, a Organização Mundial do Comércio, os Bancos Mundiais, nenhum desses organismos são democráticos. E, portanto, como podemos continuar a falar de democracia, se os que efetivamente governam o mundo não são dirigidos pelos direitos democráticos pelo povo. Quem escolhe seus representantes? (SARAMAGO; Youtube 2008)¹⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um estudo interdisciplinar, esse artigo buscou problematizar a consolidação da cidadania interativa no Brasil. O uso da tecnologia política, no entanto, tem que ser pensada em uma visão complexa dos elementos: a formação política brasileira que traz uma tradição patrimonialista, o que seria de fato uma cidadania interativa, e qual a realidade da cultura política e da democracia que se vivencia hoje.

O choque político não é uma realidade oriunda da modernização, desde que existam pessoas querendo o poder sempre haverá uma disputa entre os que não querem perder sua posição na rede e os que logram por uma. Porém, a globalização e o surgimento da internet, permitiram a formação de novas práticas comunicacionais e novas formas de sociabilidade para um cidadão mais engajado, mais informado e tecnologicamente mais acessível.

Diante desse contexto, os atores políticos tradicionalistas insistem para que as novas práticas comunicacionais se abram como possibilidade, mas se fechem em

¹⁰ Acessado em 5 de janeiro de 2012: <http://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w>



exercício, para não colocarem em xeque o poder e velhos costumes. A democracia se restringe a participação do cidadão em períodos eleitorais. E a cidadania interativa passa a ser um projeto ainda distante, sendo vista, apenas por iniciativas pontuais de alguns políticos ou instituições.

Na troca de informação entre políticos e cidadãos, nota-se uma cultura política ligada ainda a apatia e ao conformismo. Porém, de acordo com Rothberg (2011) o aparecimento da internet suscitou diversas expectativas sobre o desenrolar deste quadro. Alguns viram, na Interatividade e nas abordagens de informação arquitetada por *hyperlinks*, possibilidades de revitalização da relação entre eleitores e mandatários e aprofundamento de subsídios para a formação do voto. Outros por sua vez, propuseram que a superficialidade poderia tomar conta, oferecendo banalidades nos debates. De certo modo, como afirma o autor, em ambos os casos houve avanços e retrocessos.

A cultura popular de certa forma, através de suas práticas individuais no ciberespaço adquiri valor operacional positivo como meio de resistência e formação de opinião ao implicar a existência de uma negociação consequente de significados.

O potencial educativo, afirma Rothberg (2011), advindo do uso das novas tecnologias contribuiria para a redução das desigualdades de poder resultantes da exclusão cognitiva na atual sociedade em rede, caracterizada por assimetrias postas pela posição dos indivíduos no circuito digital através do qual é exercido o domínio informacional e comunicativo (Castells, 1996; 2009).

Portanto, a apatia política poderia ser amenizada através da criatividade da exploração das tecnologias da informação e da comunicação, a fim de incentivar a reflexão crítica e o engajamento cívico. Mas, para isso, é necessário a elaboração de um projeto político tecnológico que viabilize a cidadania interativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.A. **Direitos Humanos, Cidadania e Globalização**. Lua Nova n°50, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a10n50.pdf>. Acessado em 5 de maio de 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTANHEIRA, Karol. **Análise das mensagens por Marina Silva e pelo Partido Verde no Twitter nas eleições de 2010**. Dissertação apresentada ao Programa Comunicação Midiática da FAAC-UNESP em Bauru. 2012.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.



FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O homem cordial**. In: _____. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 139-151.

INGHER, Mário, S. **Internet em dados**. São Paulo: Editora Abril, n° 147, jun, 2005.

KATZ, J. **Cidadão Digital**. Jornal Gazeta Mercantil, 4 e 5 abr 1998. Caderno Leitura de Fim de Semana, pp. 1,2,3.

MARTINEZ, Vinício. **A rede dos cidadãos: a política na internet**. Tese apresentada a Faculdade de Educação – FEUPS. 2001. Disponível em: <http://www.alfa-redi.org/sites/default/files/articles/files/vinicio2.pdf>. Acessado em 28 de Abril de 2013.

MONTEIRO, Elis. Caderno Internet. Jornal do Brasil, 11 maio de 2000.

LIMA, Venício. **Políticas de Mídia e Cidadania**. Palestra proferida na XIV Jornada Multidisciplinar “Mídia e Cidadania”, realizada na Unesp-Bauru. Transmitido em 22 de maio de 2012. Palestra na íntegra no endereço: <http://www.faacwebtv.com.br/ondemand/index.php?pagina=video&id=6&vid=48>.

OCTÁVIO, Trindade. **Uma frágil vocação para liberdade**. Jornal do Brasil, Caderno B, 16 de janeiro de 1982. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/remoto.htm>.

PRIMO, Alex; CASSOL, Márcio. **Explorando o conceito da interatividade: definições e taxonomias**. Revista Informática na Educação: teoria & Prática. V.2 n° 2, outubro, 1999.

ROTHBERG, Danilo. **A sociedade em rede e suas razões para o voto: impacto da internet sobre a dimensão sociopolítica**. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR. Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988. 3ª edição revista e ampliada. Versão em PDF disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/capit1.htm>.